



SOS digital

Gestão de dados de investigação

2014.07.10 – Porto, FEUP - INESC TEC

Ana Rodrigues, Francisco Barbedo, Lucília Runa, Mário Sant'Ana (DGLAB)

SOS digital: a iniciativa

- O SOS digital surgiu, em 2013, como uma iniciativa da DGLAB destinada a esclarecer, de forma informal, dúvidas relacionadas com a gestão de informação digital e a sua preservação. Questões como preservação digital, governo eletrónico, assinatura digital, requisitos para sistemas eletrónicos de gestão de arquivos, ... foram abordadas nas diversas sessões realizadas durante o ano de 2013 conforme a conveniência dos participantes
- Em 2014 evoluiu-se para um novo modelo, com sessão centradas num tema previamente definido



SOS digital: a iniciativa

Sessões de 2014 foram alinhadas com o projeto **Continuidade digital**, surgido na sequência do **1º seminário de preservação comum de património digital**

<<http://1seminariopreservacaopatrimoniodigital.dglab.gov.pt/projeto-continuidade-digital/eventos/>>



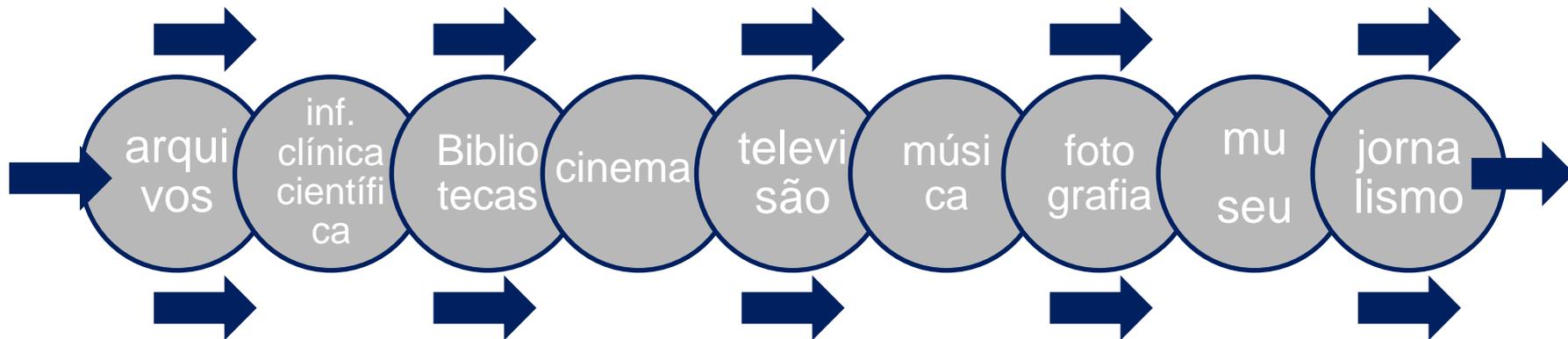
Continuidade digital: o projeto

- iniciativa da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB);
- sequência do 1.º Seminário para preservação comum do património digital (DGLAB, setembro, 2013);
- objetivo:
 - congregar diferentes comunidades de prática (CdP);
 - estudar viabilidade de uma rede de preservação comum de património digital



Continuidade digital: o projeto

transversalidade:



Continuidade digital: metodologia do projeto



- parte da base (bottom-up)
construção progressiva de uma base de conhecimento da realidade e das necessidades de cada CdP representada;
- resultado final dependerá da 1.^a fase de recolha e análise de informação

Continuidade digital: metodologia do projeto



- determinar convergências e divergências entre as diferentes CdP;
- partindo de uma linha de base de aceitação comum, aumentar o nível de variáveis e requisitos até uma linha em que se verifique divergência (não percepção de vantagem adicional);
- linha final, ou seja, o limite máximo de convergência a que os atores do GT chegarem, será o domínio de implementação (fase 2);

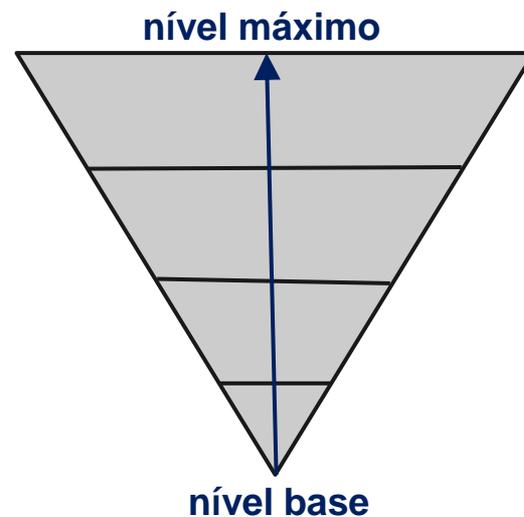
Continuidade digital: metodologia do projeto



pode haver mais que uma linha “final” ►

► vários níveis/intensidades de participação na rede

- ações de formação + partilha de conhecimento + storage + etc
- ações de formação + partilha de conhecimento + storage
- ações de formação + partilha de conhecimento
- apenas ações de formação
- vontade de preservar património digital



Continuidade digital: plano de ação do projeto

duas fases:

- **a primeira divide-se em 3 etapas:**

- 1/ recolher e analisar informação sobre as diferentes CdP
- 2/ definir uma arquitetura comum de informação
- 3/ definir modelo de governação da rede, incluindo sustentabilidade
 - ▶ a concluir em fevereiro de 2015

- **a segunda contemplará:**

- 4/ concretização da arquitetura e informação da rede
- 5/ definição das formas de financiamento da construção da rede
 - ▶ depende inteiramente do que for definido na primeira fase ▶ processo aberto

Continuidade digital: quem participa no projeto

Todos os interessados podem participar, mas não da mesma forma:

- 1. GT do projeto** ▶ núcleo representativo de diferentes CdP
- ▶ entidades públicas e privadas
 - ▶ informação sobre a sua prática corrente nos respetivos domínios
 - ▶ acesso limitado, por forma a manter-se gerível

® museus

® bibliotecas

® cinema

® arquivos

® televisão

® música

® fotografia

® informação clínica/científica

® jornalismo

® multimédia e entretenimento

Continuidade digital: quem participa no projeto

2. todas as pessoas interessadas

- plataforma de trabalho baseada na drive do Google ► todos podem aderir e consultar todos os documentos publicados
(pedidos de adesão ► dirigir e-mail para dsiae@dglab.gov.pt)
- sítio web do projeto “Continuidade digital” ► todos podem consultar: caracterização, objetivos, plano, documentos produzidos, eventos realizados, equipa, etc
- <http://1seminariopreservacaopatrimoniodigital.dglab.gov.pt/projeto-continuidade-digital/>



Continuidade digital: para que serve o projeto

maior parte das instituições não tem capacidade para suportar os custos inerentes à preservação do património digital

- constituição de uma rede permite:
 - partilha de recursos e conhecimento;
 - sinergia - vantagem competitiva para aquisição de ferramentas (armazenamento, repositórios digital, comunicação);
 - mesmo sem optar por soluções completas - disponibilização e partilha de conhecimento;
 - conhecer problemas experimentos e soluções adotadas por cada CdP;
 - identificar necessidades de formação e formas de responder a estas necessidades

o custo implicado na preservação digital repartido por todos será certamente menor

▶ depende inteiramente do que for definido na primeira fase ▶ processo aberto

Resultados obtidos até agora...

resultados

passo 1:

levantamento e análise comparativa de:

- legislação
- terminologias
- normas de representação
- formatos reportados pelos membros do GT

utilizados pelas diferentes CdP

resultados

legislação:

- geral a todas as CdP ► Copyright, Depósito legal
- multidomínios ► atividade jornalística
(Imprensa, Rádio Televisão e Património Cultural)
- alguns textos legislativos preconizam obrigatoriedade de conservar OD

terminologias:

2 classes de estruturas vocabulares

- orientadas à atividade
- orientadas à representação da atividade ► **aspectos comuns às diferentes CdP**

resultados

normas de representação:

- existem normas partilhadas por diferentes CdP
- maior parte centrada num só domínio cultural
- maior parte contempla informação sobre o contexto de produção
- várias recorrem à representação multinível
- 2 tipos: **categoriais** (maioria) e combinatórias
- objetivo comum
- experiências práticas de descrição “cruzada” permitiram descrever objetos de um domínio patrimonial com uma norma aplicada noutra domínio



resultados

formatos (reportados pelos membros do GT):

- total de 58 formatos utilizados
- nenhum formato é comum a todas as CdP
- categoria com maior n.º de formatos
 - ▶ imagens em movimento
- categoria com menor n.º de formatos
 - ▶ datasets

resultados

Passo 2

inquéritos no âmbito do GT ► aspetos a esclarecer:

levantamento de critérios de avaliação utilizados

- que objetos incluir no universo patrimonial?
- os critérios variam entre domínios patrimoniais?
- variam dentro do mesmo domínio patrimonial?

identificação de requisitos de autenticidade

- são admissíveis alterações aos OD?
- se sim, quais?
- em que condições?



comentários ou questões?